

## REFORMA AGRÁRIA E INDUSTRIALIZAÇÃO\*

**José Sampaio de MATTOS JUNIOR\*\***

**Linha de pesquisa:** Estudos Rurais

**Nível:** Doutorado

Para a análise da Reforma Agrária, é de suma importância relacionar autores como Ariovaldo Umbelino, José de Sousa Martins e Ricardo Abramovay. Será feito, também, um recorte temporal de 1986 a 2006, no Maranhão, para se verificar o processo de políticas públicas voltadas para o campo, bem como as estratégias para implantação de usinas siderúrgicas na Ilha do Maranhão. Será necessário observar que, em relação ao campo, constatam-se estruturas diferenciadas como serão vistas nas análises posteriores.

A compreensão do processo de Reforma Agrária passa pelo entendimento do capitalismo no campo, verificando-se que há concentração fundiária e modernização conservadora para a expropriação e violência no campo (MARTINS, 1981).

Ariovaldo Oliveira, no seu trabalho Agricultura Camponesa no Brasil (1991), analisa as relações de trabalho no campo enfocando que o processo de desenvolvimento do capitalismo é contraditório, contribuindo para a reprodução da agricultura camponesa.

A partir de 1986, verificou-se uma pressão significativa de movimentos socioterritoriais e socioespaciais para a desapropriação de áreas consideradas improdutivas para fins de Reforma Agrária.

Esses movimentos contribuíram para a possibilidade de criação de projetos de Assentamentos Rurais. No entanto, as políticas de Estado deslocavam uma grande parte dos recursos para a produção de soja no Maranhão (CARNEIRO, 1998).

É importante ressaltar que os projetos criados, como ação de Reforma Agrária, não são metas discutidas exaustivamente em planos governamentais. Porém, a Vale do Rio Doce e a ALUMAR, implantadas na Ilha do Maranhão, e os complexos da soja, implantados no sul maranhense, contribuem para a compreensão e conclusão de que as políticas públicas, dentro do processo de globalização, estão em função da internacionalização do grande capital, como analisa Chesnais (1994), em que os países desenvolvidos globalizam e os periféricos adaptam-se.

Partindo deste princípio, verifica-se, claramente, que de 1986 até os dias atuais, há um incremento no número de assentamentos criados, através da pressão dos movimentos socioterritoriais, sem infra-estrutura produtiva (estradas, eletrificação e agroindústrias) e sem infra-estrutura social (escolas, postos de saúde e habitação). A diminuição do espaço produtivo, através da demarcação das áreas dos projetos, direciona o trabalhador rural para o processo de tecnificação como forma de encontrar respostas para o mercado. É a partir dessa relação que Abramovay (1992), no seu trabalho Paradigmas do Capitalismo Agrário, aponta uma mudança no processo produtivo e verifica o metamorfoseamento da agricultura camponesa para a agricultura familiar capitalista.

As políticas governamentais do governo FHC vão ser orientadas pelas análises supracitadas e a realidade nos assentamentos rurais passa a ser pela substituição da agricultura alimentar pela agricultura de mercado. Essa mudança vai incidir na utilização inadequada de insumos agrícolas e mecanização sem o processo de assistência técnica. Os efeitos são: a desorganização produtiva, o endividamento dos trabalhadores e possíveis impactos ambientais. Porém, o que se observa ao complexo da soja é a sua utilização como mola de desenvolvimento, utilizando a mais avançada tecnologia com o apoio da estrutura governamental.

Dessa forma, percebe-se a intencionalidade das políticas e o processo contínuo de urbanização acelerada das cidades.

O modelo proposto para o denominado “Desenvolvimento” tem como conseqüência a aplicação de recursos e infra-estrutura que levam segundo Santos (1997), as configurações territoriais que podem

---

\* Texto elaborado na prova de seleção para o curso de Pós-Graduação, Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Presidente Prudente-SP em julho de 2006.

\*\* Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista. E-mail: [sampaio.uema.bol.com.br](mailto:sampaio.uema.bol.com.br). Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol.

ser diferenciadas na exploração dos recursos naturais e na implantação de equipamentos. A tendência é tanto no campo quanto na cidade, como bem aborda a figura 1 e 2, a diminuição da qualidade de vida, a proliferação das indústrias poluentes e a continuação do processo de urbanização acelerada, tornando as cidades insustentáveis do ponto de vista social e ambiental. Como exemplo no plano diretor de São Luís, determinadas áreas rurais foram transformadas em distritos industriais para implantação de uma Usina Siderúrgica na Ilha. Enquanto há união de esforços dos poderes públicos nas esferas municipal, estadual e federal para mudanças significativas no intuito de atender a internacionalização do capital, observa-se na outra ponta do processo lentidão nas ações que podem contribuir para a fixação do homem no campo com garantia de qualidade de vida.

Percebe-se que as políticas direcionadas para a implantação das indústrias vão contribuir para a transformação da Ilha em uma verdadeira bomba, pois a mesma não tem capacidade de suporte devido à fragilidade do seu ecossistema. Seguindo nesta mesma direção, o não investimento nas políticas de Reforma Agrária pode contribuir para a expansão do desemprego, a concentração fundiária e a especulação das áreas improdutivas para o avanço de uma só forma de produzir e de pensar.

As figuras mostram claramente, segundo Santos (2000), a fase perversa da globalização. No entanto, segundo Santos (2000), outra globalização é possível e o caminho a ser percorrido passa necessariamente pela Reforma Agrária e pela Educação.

### **Referências bibliográficas:**

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CARNEIRO, Marcelo S.; ANDRADE P.; MESQUITA, Benjamin A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. In: CHESNAIS, F. **La mondialization du capital**. Paris: Syros, 1994.
- MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnica científico e informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHMIDT, Benício; MARINHO, Danilo N. ROSA, Sueli C. (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UnB, 1998.